

GLOBALIZAÇÃO E ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

GLOBALIZATION AND DEVELOPMENT STRATEGY

Domingos Giroletti

Professor do MPA da Fundação Cultural Pedro Leopoldo (MG). Apresentador do Programa “Opinião Minas”, da Rede Minas de Televisão, e pós-doutor pela The London School of Economics and Political Science, Londres, Inglaterra.

Rua Teófilo Calazans de Barros, 100 – Pedro Leopoldo – MG – CEP 33600-000

E-mail: d.giroletti@terra.com.br

Resumo

A globalização, como um processo macroeconômico, determina novos parâmetros de desenvolvimento na atualidade. Os principais modelos históricos de desenvolvimento precisam ser revistos para situar a nova estratégia e seus principais agentes promotores – Estado, empresas e comunidade. Nesse contexto, ganha importância a política macroeconômica na promoção do desenvolvimento. No Brasil, a reestruturação produtiva do setor têxtil é um bom exemplo de como transformar ameaças em oportunidades numa economia globalizada em crise.

Palavras-chave: Economia global; Política pública; Gestão empresarial.

Abstract

The globalization, as a macro-economic process, defines the new development parameters today. The main historic development models need to be changed in order to establish its new strategy and their new promoters – government, business and society in this context, the macro-economic policy gets more importance in order to improve development. In Brazil, the textile mill reorganization is a good example to show how to transform menaces in opportunities in a global economy crisis.

Keywords: Global economy; Public policy; Management.

1

INTRODUÇÃO

Pretende-se, com este artigo, fazer uma reflexão sobre as relações entre globalização e nova estratégia de desenvolvimento. O artigo está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na primeira seção, apresenta-se uma reflexão sobre globalização como um processo macroeconômico que determina os parâmetros atuais em que o desenvolvimento dos países opera. Na segunda, faz-se um exame dos principais modelos históricos e dos agentes do desenvolvimento e do seu relacionamento na atualidade. Na terceira, analisa-se a política macroeconômica como instrumento de promoção do desenvolvimento brasileiro. Por fim, na quarta seção, analisa-se o processo de reestruturação produtiva do setor têxtil e do vestuário em razão da abertura econômica e da globalização. O crescimento e a modernização tecnológica do setor têxtil e do vestuário é um bom exemplo de como se transformam ameaças em oportunidades num mundo globalizado.

2

O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO¹

Pelo sentido etimológico, global refere-se a tudo que vai além do local. Por essa definição, globalização seria um fenômeno recorrente na história da humanidade. Neste artigo, adota-se uma definição mais específica. Por ela, globalização designa a atual fase de desenvolvimento da economia capitalista, marcada pelo domínio do capital financeiro sobre o industrial, o agrário e o comercial. Caracteriza-se, ainda, pela expansão inusitada do comércio internacional e dos fluxos de capitais. E, por fim, pelo excepcional avanço tecnológico, especialmente no campo das telecomunicações, da eletrônica e robótica, biotecnologia e indústria espacial².

A globalização não é um fato, mas um processo. Um fato é algo consumado. Acabado. Um processo é algo inacabado, em construção e em mudança permanente, mas de direção imprevisível, com avanços, recuos e retrocessos.

1 Na elaboração do artigo, têm-se, como referências, diversos autores e trabalhos. Citam-se entre os principais: Bauman (1999), Hall (1999), Lacerda (2004) e Morin (2000).

2 Há muitas definições e formas de caracterizar a globalização. Para analisar diferentes acepções, consultar, entre outros autores, Held e McGrew (2001).

Como processo, os efeitos da globalização são amplos, profundos, complexos e contraditórios³. São amplos porque atingem todas as regiões e rincões da terra e, até mesmo, o espaço sideral com a exploração espacial. São profundos porque não há país, aldeia ou pessoa que não seja direta ou indiretamente atingido por ela. Complexos porque todos eles são mutuamente produzidos, conectados entre si, interdependentes e interligados. Por isso, é um processo difícil de ser compreendido e de nele atuar⁴. São contraditórios seus efeitos porque de sentido equívoco, não lineares, incertos e imprevisíveis (cf. MORIN, 2001b).

Globalização é um fenômeno com abrangência macro e microsocial. Na primeira acepção, globalização incide sobre a ordem internacional, a organização dos Estados, a produção e a distribuição da riqueza, a formação das classes sociais, a mudança no meio ambiente. Pela abrangência microsocial, as consequências da globalização refletem-se sobre a vida das pessoas, seus valores, identidade e imaginário.

Na ordem internacional, a globalização provoca, simultaneamente, dois fenômenos contraditórios. De um lado, unidade, integração, inclusão e homogeneização cultural crescente entre países, e, de outro, divisão, diferenciação, exclusão, regionalização e afirmação da especificidade das culturas locais e regionais. No âmbito da integração, ela gera processos de superação das distâncias, fronteiras geográficas e barreiras entre Estados e culturas. Pela regionalização, há a reafirmação do local, do regional e do nacional. É a aposta na diferença: étnica, cultural e religiosa. São dois fenômenos opostos, contraditórios, mas, ao mesmo tempo, complementares.

Com o fim da União Soviética, a ordem internacional tornou-se unipolar, traduzida pelo predomínio da hegemonia americana, baseada no poder econômico e militar. Volta-se às antigas práticas do imperialismo do XIX com as guerras de ocupação e de invasão do Afeganistão e Iraque, em desrespeito ao posicionamento da Organização das Nações Unidas (ONU) e à consciência pública mundial. Essa concentração abusiva do poder unipolar e a redução dos poderes dos demais Estados têm como contrapartida o recrudescimento do terrorismo, visto por muitos como única via de combate à globalização diante da exclusão social da maioria da população mundial; ou em reação à hegemonia americana, à sua dominação mundial e ao desprestígio a que são

3 Para uma análise mais ampla e aprofundada desses efeitos, consultar Grayson e Hodges (2002) – a primeira parte, Micklethwait e Wooldridge (2000) e Friedman (2005).

4 O conceito de complexidade caracteriza bem o que é o processo de globalização. Ele é tomado de Morin (2001a, p. 559-567). Outra forma de pensá-la seria por meio do conceito de “causalidade mútua”, desenvolvido por Morgan (1996, p. 253-261). Globalização não é definitivamente um conceito de relação causal linear.

relegados os Estados menores e em desenvolvimento. Com a globalização, a maioria dos Estados vê reduzidos seu poder soberano e sua capacidade de decisão e de intervenção.

No campo da produção e distribuição da riqueza, a globalização tem provocado uma concentração da riqueza nos países desenvolvidos e da miséria entre os subdesenvolvidos. Além disso, há uma perda de poder aquisitivo das pessoas mais pobres em todos os países. Nela, as multinacionais ganham crescente poder e influência no desenvolvimento da economia das nações e no da mundial. Hoje, entre as cem maiores economias, 51 delas são multinacionais (GRAYSON; HODGES, 2002, p. 29; MORGAN, 1996, cap. 9). A perda relativa do poder estatal é mais acentuada entre os países em desenvolvimento do que entre os desenvolvidos. Nestes, a capacidade de regulação e do uso da força e de outros meios coercitivos é maior do que nos países subdesenvolvidos.

A globalização, ao alterar a forma de produção e distribuição da riqueza, tem modificado a estrutura de classes e a relação entre grupos no âmbito internacional e no interior de cada país⁵. Há, hoje, um maior distanciamento entre classes e grupos sociais. As antigas e novas elites nacionais tornam-se cada vez mais extraterritoriais e mais globais pelo conhecimento, acesso à internet e à cultura produzida em âmbito mundial e por trabalhar para multinacionais, organismos internacionais e grandes empresas estatais que operam no exterior.

Com a globalização, ocorre uma mudança profunda nos valores, fenômeno nem sempre claramente percebido. Há, por exemplo, uma maior valorização da mobilidade tanto no sentido social quanto no geográfico, seguindo os padrões globais. Na verdade, há no imaginário das pessoas a expectativa de usufruir a mesma liberdade de movimento que o capital possui em decorrência da unificação e da flexibilidade do mercado financeiro internacional. Ou parte da mobilidade que as empresas multinacionais dispõem ao poder mudar de um país para outro sem outros compromissos que não sejam sua própria lucratividade.

Em contraste, a geografia para o povo e a população mais pobre ainda não foi superada. Vivem circunscritos à sua tribo, comunidade e respectivo país. O mesmo raciocínio vale para os Estados e governos locais que são desafiados a atender demandas sociais crescentes com recursos cada vez mais limitados. A mobilidade, nos seus vários sentidos, tornou-se um valor e verdadeiro ícone da globalização, mas que, ao mesmo tempo, une e discrimina, aumentando as diferenças entre pessoas, classes sociais e países.

5 Para uma discussão dessa problemática, consultar Bauman (1999, cap. 1).

Por fim, algumas considerações sobre a abrangência microssocial da globalização. O local, o regional e o nacional não possuem mais o mesmo poder e influência que tinham no passado na determinação do sentido da vida, da autorrealização ou, mesmo, de *status* social das pessoas e das famílias. Com a globalização, os centros produtores de sentido tornaram-se múltiplos e globais. As influências extraterritoriais competem com as forças da comunidade local e nacional na geração e reprodução dos valores e das identidades; e, não raro, as excedem em força e prestígio na socialização e formação das pessoas⁶.

O *american way of life* parece ter-se universalizado e pressiona para ser um modelo único de vida, expresso pelo aumento do consumismo, hedonismo, conformismo e massificação. A reafirmação da diferença, embora seja uma aspiração de todos, como possibilidade, vale mais para uma elite endinheirada e mais bem situada no mercado. Ela acentua, na prática, o contraste entre as várias formas de inclusão e de exclusão social, elite e povo e ricos e pobres (pessoas e países). Os globais são vistos socialmente como “chiques”, e os locais, “dinossauros” ultrapassados.

A globalização tende a negar ou a menosprezar o que somos e o que nos constitui mais profundamente: a família, a tradição, os grupos primários e de referência, a cultura local e os valores nacionais e do trabalho. Eles eram, até há pouco tempo, apreciados e quase únicos na constituição da nossa identidade. Com a globalização e seu *glamour*, a tendência maior é valorizar o que vem de fora, tido, frequentemente, como o mais bonito e charmoso em comparação com aquilo que se dispõe. A globalização, como processo, faz parte da nossa vida e do nosso imaginário⁷. A diminuição da influência do local e nacional na socialização das nossas crianças e adolescentes já é uma realidade. Os seriados estrangeiros, povoados de novos valores e heróis exibidos pela nossa rede de televisão, têm um peso maior na formação do imaginário das nossas crianças do que as brincadeiras, as lendas e os ídolos contados pelos nossos pais e avós⁸.

No campo ambiental, não há como negar a crescente destruição da natureza pela poluição, uso de armamentos e crescimento do aquecimento global e

6 A identidade, como ensina Peter L. Berger (2001, p. 112-113), é sempre “atribuída socialmente; sustentada socialmente e transformada socialmente”. A identidade é “adquirida pela socialização” e é a “socialização (que) forma a pessoa”. Com a globalização, o “socialmente” tem um componente externo cada vez mais forte e totalizante.

7 Não deixa de ser indicadora desse fenômeno a crescente insensibilidade das pessoas diante das imagens cotidianas da violência doméstica ou provocada pelas guerras que entram nas nossas casas diariamente pela mídia. Para uma reflexão exemplar dessa problemática, ver Sontag (2003).

8 Em outro artigo, há uma reflexão mais aprofundada sobre os efeitos da globalização na vida pessoal; ver Giroletti (2005).

do efeito estufa, aumentando a consciência da fragilidade da vida no nosso planeta. O surgimento de novos vírus e bactérias, doenças ligadas ao espírito como solidão, angústia, ansiedade, depressão e a propensão à violência e ao consumo de drogas podem ser interpretados como sintoma dessa destruição maior. O outro sintoma é o vazio existencial ou da perda de sentido da vida por um número crescente de pessoas em âmbito mundial⁹.

Por fim, a globalização precisa ser vista também como positividade. Os recursos tecnológicos e financeiros nunca foram tão abundantes, mas eles precisam estar a serviço da vida e da continuidade da civilização humana no planeta. O nosso desafio será transformar tantos problemas em oportunidades de crescimento, reduzindo as ameaças de destruição e de barbárie. Muitas manifestações negativas precisam ser removidas ou trabalhadas, como: a proliferação de armas atômicas e as químicas de destruição em massa; reequilibrar o poder mundial e recuperar o prestígio e o poder de organismos internacionais como a ONU; acabar com as guerras de invasão, o terrorismo e o sentimento de insegurança geral. A preservação ambiental é outro problema a merecer o comprometimento e o envolvimento de todos. No campo social, será preciso aumentar a inclusão e reduzir drasticamente a exclusão como caminho seguro à prosperidade e à paz. Os sentimentos de inconformismo ou revolta contra a globalização tenderão a aumentar na proporção da permanência ou do crescimento das desigualdades entre pessoas, povos e Estados.

3

NOVOS AGENTES DO DESENVOLVIMENTO

Fazendo-se um breve resumo, pode-se afirmar que, do ponto de vista histórico, foram duas as estratégias principais adotadas pelos diversos países para promover seu desenvolvimento. Ele foi fruto da iniciativa privada ou da atuação destacado do Estado. Os primeiros países a se desenvolverem, como Inglaterra e Estados Unidos, o fizeram pelas forças do mercado e com apoio externo dos respectivos governos. O desenvolvimento de países como França, Alemanha, Rússia, Brasil e outros foi promovido com forte presença do Estado em complemento ou apoio à iniciativa privada.

9 Felizmente, crescem a consciência pública mundial e a atuação de países, organismos internacionais, empresas e ONG quanto à preservação do meio ambiente. Para um breve resumo desse esforço desenvolvido por organismos internacionais, ONG e empresas, ver Waage (2004).

Além das duas anteriores, há uma terceira representada pelos países de socialismo real: União Soviética, China e outros. A partir da revolução russa de 1917, nova experiência foi empreendida: o desenvolvimento implementado exclusivamente pelo Estado, reduzindo (quando não eliminando) a participação do mercado e da comunidade. Durante certo tempo, a experiência obteve relativo sucesso na recuperação do atraso econômico russo. Em 9 de novembro de 1989, com a queda do muro de Berlim, e em 1992, com o fim da União Soviética, desmoronava a experiência histórica de desenvolvimento conhecida como o socialismo real. A história do desenvolvimento contemporâneo da China guarda pouca semelhança com o modelo maoista de desenvolvimento quando tudo era centrado no Estado. A “revolução cultural” foi expressão dessa mentalidade e muito se assemelhava à experiência do *gulag* da antiga União Soviética. Hoje, o modelo chinês aproxima-se mais de um capitalismo de Estado, após a liberação do mercado e de ter sido admitido como membro da Organização Mundial do Comércio (OMC). A economia é de mercado, mas com grande presença de Estado. O governo é autocrático, controlado com mão de ferro por um partido único. Certamente, na raiz do fracasso da experiência de desenvolvimento do socialismo real na União Soviética, estão a marginalização da sociedade e a exclusão de qualquer participação do mercado e da empresa privada.

Em reação ao predomínio dos modelos – socialismo real e Estado de Bem-Estar Social –, desenvolveu-se um novo ideário – o neoliberalismo –, que é uma volta às antigas ideias liberais com algumas atualizações, como: valorização da empresa privada e do mercado, livre-comércio, desregulamentação da economia, privatização, abertura da economia de forma irrestrita. Nele, o Estado é visto como um mal necessário e devia ser reduzido ao mínimo. Entre as medidas de política prática, recomendava: a desnacionalização da economia, a privatização das empresas públicas, a liberação dos mercados e desregulamentação das economias nacionais. Para o neoliberalismo, a força empreendedora e o que efetivamente importa são o mercado e as empresas. Nenhum papel maior nesse modelo seria reservado à comunidade e ao Estado¹⁰. O ideário é antípoda ao Estado de socialismo real.

O neoliberalismo começou a ser implantado como política pública no Chile pelo governo do general Pinochet na década de 1970. Na década de 1980, foi adotado por dois grandes países – a Inglaterra de Margaret Thatcher e os Estados Unidos do presidente Reagan. Em seguida, tornou-se referência para quase todos os países, incluindo os nórdicos e aqueles governados por parti-

10 Para uma visão crítica desse modelo, ver Bobbio (1987, cap. 3) e Kliksberg (1998, cap. 3).

dos socialistas ou social-democratas. Na América Latina, a divulgação das ideias neoliberais ficou a cargo do FMI e do Banco Mundial na década de 1990, que o divulgaram como um novo receituário para promover o desenvolvimento de todos os países. O “Consenso de Washington”, como ficou conhecido, foi sendo gradativamente adotado por vários países. No Brasil, começou a ser implementado no governo Collor, que promoveu unilateralmente a abertura da nossa economia, a redução do tamanho do Estado, um processo de privatização de empresas públicas e de desregulamentação da economia brasileira, política continuada pelos presidentes Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso¹¹.

Hoje, conhecidos os resultados produzidos pelos dois modelos antagônicos, o socialismo real e o neoliberalismo, constata-se que geraram mais problemas do que soluções. O socialismo real marginalizou a participação do mercado e da comunidade. No neoliberalismo, a supervalorização do mercado teve como contrapartida a minimização do Estado e da comunidade. Para superar a limitação dos dois modelos, há uma nova concepção de desenvolvimento que se baseia na ação conjunta, complementar e sinérgica dos seus três agentes principais: o Estado, o mercado e a comunidade¹². Ao Estado, por ser o poder soberano e ter o monopólio da força coercitiva no âmbito interno e por sua representação exclusiva no plano internacional, cabe a liderança e a coordenação do processo de desenvolvimento de todos os países. A discussão, levantada pelo neoliberalismo sobre o tamanho do Estado ou sua redução ao mínimo, foi mais uma armadilha do que uma solução inovadora na promoção do desenvolvimento. A questão central não está no seu tamanho, mas no seu novo papel ou novas funções no mundo globalizado.

Em oposição ao ideário neoliberal, deve-se reconhecer, em primeiro lugar, a positividade que o Estado teve e tem no processo histórico de desenvolvimento de cada país. Em segundo lugar, o Estado deve ser reestruturado para que seja capaz de assumir suas novas funções e ser o promotor do desenvolvimento de cada país em consonância com seu estágio de crescimento, potencialidades, aspirações e desafios internos e externos. Sem a presença, a liderança, a coordenação e a intervenção do Estado, será praticamente impossível controlar a complexidade da economia globalizada e definir uma estratégia de desenvolvimento de cada país que ainda se faz em base local, regional e nacional.

11 Para uma breve história do surgimento do modelo neoliberal e de sua implementação, ver Micklethwait e Wooldridge (2000) e Friedman (2005).

12 Para melhor discussão desse novo modelo de desenvolvimento com três agentes promotores, ver Offe (1999) e Kliksberg (1998).

Continuam sendo suas funções imprescindíveis: a segurança interna e externa, integração econômica entre regiões e sub-regiões; a definição da política macroeconômica de regulamentação ou liberação da economia, proteção ou abertura, combate à inflação, uma política de desenvolvimento e de novos investimentos, equilíbrio nas contas externas entre exportação e importação etc. Por fim, o problema do combate à exclusão por meio de políticas proativas nas áreas da educação, saúde e promoção social e regional.

A redefinição das funções do Estado não dispensa o papel do mercado e das empresas na produção da riqueza, gestão ampla e eficiente da economia e na exploração dos recursos naturais e na inovação científica e tecnológica como a mola propulsora do desenvolvimento na atualidade. A liderança do Estado não torna secundária a atuação da sociedade civil organizada por meio de suas múltiplas instituições: as famílias, as comunidades, as igrejas, as associações de classe de trabalhadores e empresariais, as organizações não governamentais (ONG) e outras. Numa adequada estratégia de promoção do desenvolvimento na atualidade, será fundamental estabelecer e manter uma sinergia de forças e de ações entre Estado, mercado e as múltiplas contribuições possíveis da sociedade civil.

4

GLOBALIZAÇÃO E POLÍTICA MACROECONÔMICA

Nossa reflexão parte da nova visão do desenvolvimento com base na ação sinérgica dos três agentes: Estado, mercado e sociedade. Com base nela, o papel do Estado no mundo globalizado deverá dinamizar as oportunidades e reduzir suas ameaças. A presença do Estado na economia tem positivities, ao contrário do que propõe o ideário neoliberal. Para começar, deve-se reconhecer que não há mercado sem Estado, sem sua presença e regulamentação. Isso não significa dizer que o Estado substitui a empresa privada ou que é mais eficiente na produção de bens e serviços do que ela. O Estado tem um papel indispensável na promoção do social: educação de boa qualidade para todos nos diversos níveis, bons serviços de saúde e promoção da igualdade social e regional que o mercado não os resolve e ainda pode agravá-los quando deixados à sua ação exclusiva. Tanto o Estado quanto o mercado dependem das pessoas e de seu talento. Nada se faz sem elas. Por isso, torna-se tão fundamental a participação da sociedade.

Como o Estado poderá potencializar as oportunidades e reduzir as ameaças do mundo globalizado?

Em primeiro lugar, o papel do Estado nesses misteres não se limita à política macroeconômica, embora seja sua grande ferramenta para atuar na organização, regulamentação e promoção do desenvolvimento. O uso do papel repressivo do Estado pode ser fundamental para preservar a competitividade interna da economia, combatendo o contrabando, as importações subfaturadas ou adulteradas, a remessa de lucros ou de recursos ilegais ao exterior, entre tantos outros ilícitos que podem distorcer o processo de competição interna entre empresas ou a externa entre países. Do ponto de vista da regulamentação, será necessário que o Estado garanta ao produto nacional isonomia de tratamento dado ao importado. Em outras palavras, produto estrangeiro para ser importado deverá adequar-se à legislação brasileira, a mesma que regulamenta ou estabelece as normas técnicas para o fabricante nacional. O Estado brasileiro poderá introduzir outras regulamentações que vários países desenvolvidos já adotam. Além das normas técnicas e de critérios de sanidade animal, poderão adotar outras regulamentações que têm a ver com direitos humanos e responsabilidade social. Um exemplo disso é a certificação de origem da madeira brasileira exigida pela União Europeia para que possa ser exportada. Outro exemplo é a exigência de comprovação do não uso de trabalho infantil na cadeia produtiva agrícola ou siderúrgica pelos países europeus.

Do ponto de vista da política externa, ao lado dos acordos multilaterais da Organização Mundial do Comércio (OMC) que objetivam favorecer apenas o agronegócio, o Estado brasileiro deveria ser mais ágil no estabelecimento de acordos bilaterais. Estes deveriam promover todos os setores da nossa economia pelo estabelecimento de cotas ou de reciprocidades na troca comercial de serviços e de outros produtos agrícolas e industriais. Uma reforma tributária adequada que desonere a produção agravada em 40% e a exportação de determinados impostos e, ao mesmo tempo, estimule a agregação de valor aos nossos produtos primários antes de ser exportados.

A política macroeconômica é outra grande ferramenta fundamental para reduzir as ameaças e realçar as oportunidades que a globalização faculta desde que bem aplicada. Uma política macroeconômica não pode ser definida como declaração de princípios, como se fez no governo Collor. Assim, regular, abrir ou fechar a economia, privatizar ou manter as empresas estatais, promover ou não reformas estruturais, adotar ou não o livre-comércio entre outras decisões não podem ser tomados ou rejeitados como se fossem questões de princípios, na onda do Consenso de Washington e da ideologia neoliberal. Todas as medidas possíveis devem ser analisadas e tomadas por considerações de ordem pragmática de racionalidade econômica, seguindo as conveniências de cada país, seus interesses, sua história e estratégia de desenvolvimento. Muitos países (a Argentina de Menem é um bom exemplo disso) pagam um alto preço

por terem adotado, acriticamente, medidas neoliberais recomendadas pelo Consenso de Washington.

Em segundo lugar, deve-se lembrar que o Brasil faz parte dos países de desenvolvimento tardio, e aqui o Estado sempre desempenhou (e ainda desempenha) um papel positivo na promoção do nosso desenvolvimento. O tamanho e a diversificação do nosso parque industrial, a grande competitividade internacional conquistada pelo nosso agronegócio e o crescimento diversificado do setor de serviços são realizações importantes que foram promovidas pelo intercurso do Estado brasileiro como órgão regulador, indutor e empresário, mas sem dispensar a iniciativa privada e a participação da comunidade. A atuação do Estado continua fundamental em setores que precisam ser incentivados ou fortalecidos para que, posteriormente, possam caminhar sozinhos ou naqueles considerados estratégicos¹³.

Em terceiro lugar, será preciso ter uma compreensão adequada da complexidade do desenvolvimento na atualidade e da relação otimizada dos vários setores que compõem a nossa economia. Há, aqui, dois problemas: um histórico e outro de natureza estratégica. Historicamente, o Brasil, como colônia e país dependente, desenvolveu o setor primário, depois o industrial e, por fim, o de serviços. No passado como no presente, o desenvolvimento de um setor foi contraposto ao do outro. Até 1930, predominou o discurso de que o Brasil era um país agrário, e assim deveria ter permanecido seu desenvolvimento. Na atualidade, a disputa entre os dois setores foi agravada pelo acréscimo dos serviços. Do ponto de vista do desenvolvimento em termos substantivos, essa é uma falsa questão, porque uma boa estratégia de desenvolvimento de um país resulta da sinergia entre o agronegócio, a indústria e os serviços. Todos devem ser robustos para que cada um possa sustentar e impulsionar o crescimento do outro (e não um pelo outro). Essa sinergia deve ocorrer mesmo quando o emprego cresce mais num setor, como ocorre com os serviços, na atualidade. Por fim, deve-se reconhecer que a primazia entre os três setores ainda cabe à indústria, não só pela sua extensa cadeia produtiva e pelo estímulo aos demais setores, mas porque ela é o principal indutor do avanço científico e tecnológico, motor da moderna economia baseada no conhecimento¹⁴.

Em quarto lugar, deve-se reconhecer que a conquista da estabilidade econômica no Brasil foi um grande avanço. A maioria do povo brasileiro deseja,

13 O reconhecimento da presença e do papel significativo que o Estado desempenhou no desenvolvimento brasileiro é hoje uma questão consensual entre os analistas brasileiros. Para uma discussão mais ampla sobre esse fenômeno, ver, entre outros, Tavares (1972) e Furtado (1972).

14 Para maior discussão da importância da indústria numa estratégia de desenvolvimento, ver Barros de Castro et al. (1999).

a julgar pelas diversas pesquisas de opinião veiculadas pela imprensa, o desenvolvimento, mas mantendo-se o controle inflacionário. Historicamente, a nossa política macroeconômica tem oscilado entre promover o desenvolvimento e controlar a inflação. No governo de Juscelino Kubitschek, deu-se prioridade ao desenvolvimento com inflação, sendo esta um ingrediente daquele. No início do regime militar, o controle inflacionário foi prioridade da política macroeconômica durante certo tempo. Nos últimos governos, o desenvolvimento com recursos externos passou a ser prioridade e o controle da inflação ficou em segundo plano. Na primeira década da nova República, o país não cresceu e ainda perdeu o controle sobre a inflação. Com o Plano Cruzado, a estabilidade econômica foi restabelecida. De lá para cá, a política econômica tem oscilado entre a promoção do desenvolvimento e a preservação das metas inflacionárias, com predomínio destas últimas.

Conquistada a estabilidade, o uso da política macroeconômica tem sido fundamental para promover o crescimento e controlar a inflação, objetivos nem sempre contemplados igualmente. As medidas adotadas são bastante conhecidas: redução ou aumento dos juros, definição do superávit primário, uso da importação, regulamentação ou desregulamentação do crédito e política cambial, entre outras. A diminuição ou elevação da taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia) de juros pelo Banco Central é a mais conhecida delas e a que tem efeitos mais amplos. A Selic é a taxa que o governo paga por seus títulos e que serve de base para o cálculo da taxa real de juros cobrados pelo mercado. O aumento dos juros tem sido usado como principal ferramenta para controlar a inflação no Brasil e em outros países. Como grande parte do consumo depende do crédito e do custo do dinheiro, a elevação dos juros freia o consumo pela diminuição da procura e das vendas e, em consequência, provoca queda ou estabilidade dos preços.

Uma segunda medida de política macroeconômica é a regulamentação do acesso ao crédito. A liberação do crédito em mais de 70 meses tem aquecido o mercado e estimulado o crescimento interno da economia. O aumento da venda de automóveis e de bens duráveis no Brasil no primeiro semestre de 2008 foi um bom exemplo disso¹⁵. Uma terceira medida é a definição do percentual do superávit primário que tem por objetivo reduzir o estoque da dívida, mas também a quantidade de dinheiro em circulação, freando o consumo e segurando os preços. A quarta medida é o recurso à importação sempre que estejam em falta alimentos ou outros produtos de primeira necessidade. Garantir o abastecimento interno desses produtos de primeira necessidade é outra for-

15 Para outros dados sobre o desempenho da nossa indústria, ver Almeida (2008).

ma de manter o equilíbrio entre oferta e procura, evitando-se a elevação de seus preços com reflexos negativos no processo inflacionário.

A política cambial tem sido um quinto mecanismo da política macroeconômica. No início do Plano Real, o câmbio foi regulado pelo Banco Central (Bacen). A partir do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, adotou-se o câmbio flutuante: o valor do real em face do dólar (e demais moedas) é estabelecido pelo mercado. A flutuação do dólar permitiu que o Bacen aumentasse suas reservas em moedas estrangeiras que chegam hoje ao montante de US\$ 200 bilhões. Em 1999, o Brasil contraiu um empréstimo de US\$ 30 bilhões do FMI para manter o valor do real e preservar a nossa economia. A desvalorização do dólar nos últimos anos permitiu que o Brasil pagasse grande parte de sua dívida externa e devolvesse o empréstimo tomado do Fundo Monetário Internacional (FMI). A valorização do real tem por base: o fato de ser o Brasil um grande exportador de *commodities* bem valorizadas no mercado internacional, embora tenha havido tendência de baixa no segundo semestre de 2008; o grande afluxo de dólares ao país na forma de investimento de longo prazo e como capital especulativo atraído pelas altas taxas de juro ou pela rentabilidade de outros produtos oferecidos pelo mercado financeiro.

A valorização do real tem efeitos negativos e positivos. A consequência negativa principal é o grande estímulo às importações de todos os bens, causando grandes dificuldades para a nossa indústria, especialmente a de bens de consumo não duráveis. O aumento das importações e a redução das exportações pela desvalorização do dólar têm reflexos negativos, provocando desequilíbrio na nossa balança comercial e, em longo prazo, no balanço de pagamentos, já que a conta de serviços é também deficitária em razão da valorização do real, podendo onerar o crescimento do país no futuro. A redução do valor do dólar tem também efeitos positivos. O principal deles é facilitar a importação de bens de capital que tem possibilitado a renovação tecnológica de nosso parque industrial e a realização de novos investimentos, favorecendo o crescimento e a maior competitividade de nossa economia como um todo.

A adoção dessas várias medidas de política macroeconômica como fatores – juros altos, elevação do superávit primário, aumento das importações e redução das exportações – tem como objetivo primeiro controlar a inflação, mas elas individualmente ou no conjunto podem não favorecer o nosso crescimento econômico. Na atual conjuntura, o mercado internacional ainda continua favorável pela alta procura de *commodities* e pelo preço elevado do petróleo das matérias-primas e dos alimentos no mercado internacional. Isso tem favorecido o crescimento da economia brasileira mesmo com o dólar desvalorizado. Em longo e médio prazos, o aumento das importações, a redução do valor

das exportações e a elevação dos preços dos alimentos pela grande procura no mercado internacional podem tornar-se fatores responsáveis pelo crescimento da inflação interna. Um indicador disso é a alta dos preços dos insumos agrícolas importados mesmo com o dólar desvalorizado. Se isso se ampliar, as medidas de política econômica até agora adotadas podem não ser mais eficientes para manter a inflação nos níveis previstos. Segundo analistas, hoje, 70% do comportamento da inflação no Brasil seria explicado pela variação da taxa cambial (NAKANO, 2008).

A nossa política macroeconômica tem sido alvo de debates permanentes entre monetaristas entrincheirados no Banco Central e desenvolvimentistas situados em outros órgãos governamentais, no mercado e na sociedade. A alta dos juros, além de fator de contenção inflacionária, é um freio ao crescimento econômico e ao desenvolvimento. Por que aumentar as taxas de juros em lugar de controlar o crédito? Além de reduzir o crescimento, o aumento dos juros tem elevado a dívida pública ao patamar de R\$ 1,247 trilhão de reais ao final do primeiro semestre de 2008, podendo chegar a 50% do PIB em breve se o Banco Central continuar elevando as taxas de juros na proporção que o tem feito (CALMON, 2008, p. 15). Além de frear o desenvolvimento, os gastos com juros impedem que o país faça novos investimentos para resolver problemas de infraestrutura e melhore o sistema de educação. O pagamento dos juros e da dívida mantém elevada a taxa de tributária em torno de 40% do PIB, reduzindo, novamente, a capacidade empresarial de promover novos investimentos, inibindo o crescimento da economia como um todo.

5

GLOBALIZAÇÃO E SETOR TÊXTIL E DO VESTUÁRIO

Em síntese, a globalização é um processo real que significa ameaças e oportunidades para todas as economias do mundo. O Estado, no uso de seus poderes e da política macroeconômica, tem por missão ajudar a reduzir as ameaças e aumentar as oportunidades de desenvolvimento de nossa economia. Os efeitos negativos imediatos, que se fizeram sentir a partir do início da década de 1990 sobre a economia brasileira e do setor têxtil, confecções e vestuário em particular, não se devem à globalização, mas à abertura unilateral de nossa economia promovida pelo governo Collor no início de seu mandato. Com a abertura, todos os setores da economia tiveram que enfrentar da noite para o dia uma concorrência abrupta e desigual. Essa decisão desastrosa do governo provocou a crise do setor e o fechamento de muitas fábricas e de postos de

trabalho. Ao mesmo tempo, o setor foi compelido a um longo processo de reestruturação produtiva e tecnológica empreendido de norte a sul do país. Durou mais de uma década esse processo. Felizmente, a partir de 2004, o setor têxtil e do vestuário voltou a ganhar maior competitividade interna e externa.

Sempre que possível, deve-se criticar aquela decisão governamental equivocada por sua forma (abrir abruptamente) e por seu conteúdo (sem contrapartidas para nossa economia) para que algo semelhante não seja mais adotado no futuro. Aquela decisão foi particularmente penosa para setor de bens de consumo não durável por ser de mão de obra intensiva e pela sua baixa lucratividade, já que sua produção é voltada, em grande medida, para o mercado interno. Aquela decisão foi danosa também do ponto de vista econômico e social: era o setor industrial que mais empregava à época entre os ramos industriais e suas plantas industriais distribuíam-se por todas as regiões brasileiras. Do ponto de vista histórico, a industrialização do país iniciou pelas fábricas de fiação e tecelagem, calçados, bebidas e alimentos na segunda metade do século XIX. O setor têxtil já foi no passado o nosso principal ramo industrial. De sua fundação para cá, nunca deixou de ser um setor industrial importante por razões econômicas – número de unidades produtivas, faturamento, percentual do PIB, cadeia produtiva – e sociais – quantidade de empregos diretos e indiretos e impostos pagos e sua contribuição ao desenvolvimento local e regional¹⁶.

Hoje, o setor têxtil, de confecções e de vestuário está completamente remodelado, modernizado, competitivo. É um exemplo para os demais porque encarou positivamente a concorrência maciça provocada pela abertura abrupta e não negociada de nossa economia. O setor transformou a ameaça externa numa grande oportunidade de crescimento e modernização, como se pode constatar do perfil do setor têxtil e do vestuário de 2007. A cadeia têxtil e de confecções foi responsável por um faturamento de cerca de US\$ 34,6 bilhões, significando um aumento de 4,85% em relação a 2006. Gradativamente, o setor foi recuperando uma fatia do mercado externo e as exportações brasileiras duplicaram entre 2000 e 2007. Nem por isso o setor tornou-se superavitário. O saldo de nossa balança comercial continuou negativo em 2007: valor das importações (US\$ 3 bilhões) e exportações (US\$ 2,4 bilhões), mas a luta pelo superávit ainda continua. O setor representa 17,5% do PIB da indústria de transformação e em torno de 3,5% do total do PIB brasileiro.

16 Para melhor compreensão histórica do desenvolvimento do setor no Brasil e em Minas, ver Stein (1970) e Giroletti (2002).

São 30 mil empresas entre grandes, médias e pequenas. O Brasil é o sexto maior produtor têxtil do mundo. Do ponto de vista social, o setor é responsável por 1,65 milhão de empregos diretos. Desse contingente, 75% são constituídos de mão de obra feminina. O setor é o segundo maior empregador da indústria de transformação brasileira e o segundo a proporcionar a oportunidade do primeiro emprego¹⁷.

Além da reestruturação produtiva, o setor passou por um processo de descentralização da produção. São Paulo perdeu indústrias e o setor cresceu no Sul e no Nordeste, favorecendo melhor distribuição regional do emprego e da renda. Melhorou a produtividade, a qualidade e o *design* de nossos produtos em razão da modernização tecnológica e da maior profissionalização do setor. Além disso, houve aumento da produtividade, da produção e do consumo. A melhoria de qualidade dos produtos e a redução dos seus preços facultaram a ampliação do mercado para as classes C e D. Por fim, devem-se registrar o retorno do crescimento do emprego, a melhoria da qualificação profissional e o aumento da contratação de operários de nível escolar médio. Isso teve reflexos positivos na melhora dos salários da categoria e na maior mobilidade social entre os tecelões. Deve-se registrar também a melhoria da qualidade de vida, da educação e dos serviços urbanos e de saúde dos municípios onde as plantas industriais estão localizadas¹⁸.

Pela breve análise exposta, constata-se que o setor têxtil e de vestuário conseguiu dar a volta por cima e transformar ameaças em oportunidade. A invasão dos produtos asiáticos provocada por uma política macroeconômica equivocada foi aproveitada pelo setor como oportunidade de crescimento e modernização tecnológica, aumentando produção, a qualidade dos produtos e sua produtividade. Permitiu, ainda, a redução de preços, a ampliação do mercado e o crescimento do emprego e dos salários.

Quando o setor está em alta, é também o melhor momento para que os trabalhadores, por meio de sindicatos, federações e centrais sindicais, consigam melhores acordos salariais, condições de trabalho mais adequadas e outras vantagens trabalhistas diretas e indiretas de interesse da categoria¹⁹. O desenvolvimento nunca é uma finalidade em si mesma, mas sempre deve ocorrer em benefício das pessoas. O crescimento, a reestruturação produtiva e a modernização tecnológica do setor e o aumento da produção, da produti-

17 Os dados citados referentes ao desempenho do setor estão disponibilizados pela Associação Brasileira de Indústria Têxtil e Confecções (Abit) no site <<http://www.abit.org.br>>.

18 Para outras informações sobre a modernização do setor, ver revista *Veja*, edição 2070 de 23 de julho de 2008, p. 106-109.

19 Para uma reflexão mais detida sobre o papel dos sindicatos na atualidade, ver Giroletti (2007).

vidade e da lucratividade deverão reverter-se em maiores benefícios para os trabalhadores e as trabalhadoras do setor têxtil e do vestuário. A globalização como processo não pode servir apenas ao capital, mas deve beneficiar o trabalho, os trabalhadores e suas famílias.

Referências

- ALMEIDA, J. G. de. A indústria no primeiro semestre. *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, p. 11, 5 ago. 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA TÊXTIL E CONFECÇÕES (ABIT), Disponível em: <<http://www.abit.org.br>>.
- BARROS DE CASTRO, A. et al. *O futuro da indústria no Brasil e no mundo: os desafios do século XXI*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- BAUMAN, Z. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BERGER, P. L. *Perspectivas sociológicas, uma visão humanista*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- BOBBIO, N. *Estado Governo e Sociedade*. Para uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- CALMON, S. Estamos cegos. *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, p. 15, 10 ago. 2008.
- FRIEDMAN, T. L. *O mundo é plano: uma breve história do século XXI*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.
- GIROLETTI, D. *Fábrica: convento e disciplina*. Brasília: Editora da UnB, 2002.
- _____. Globalização: submissão ou comportamento crítico? *Revista Caminhos*, Belo Horizonte, n. 23/24, p. 175-185, 2005.
- _____. Os desafios do sindicalismo no século XXI. In: INÁCIO, J. R. *Sindicalismo no Brasil, os primeiros 100 anos?* Belo Horizonte: Crisálida, 2007. p. 307-326.
- GRAYSON, D.; HODGES, A. *Compromisso social e gestão empresarial*. São Paulo: Publifolha, 2002.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- HELD, D.; MCGREW, A. *Prós e contras da globalização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- KLIKSBERG, B. *Repensando o Estado para o desenvolvimento social, superando dogmas e convencionalismos*. São Paulo: Cortez, 1998.

- LACERDA, A. C. de. *Globalização e investimento estrangeiro no Brasil*. São Paulo, Saraiva, 2004.
- MICKLETHWAIT, J.; WOOLDRIDGE, A. *O futuro perfeito, os desafios e as armadilhas da globalização*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- MORGAN, G. *Imagens da organização*. São Paulo: Atlas, 1996.
- MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2000.
- _____. *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001a.
- _____. *A cabeça bem-feita, repensar a reforma e reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001b.
- NAKANO, Y. Sinais preocupantes do mercado. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. B4, 10 ago. 2008.
- OFFE, C. Reforma do Estado e trabalho. In: NABUCO, M. R.; CARVALHO NETO, A. *Relações de trabalho contemporâneas*. Belo Horizonte: Segrac, 1999.
- SONTAG, S. *Diante da dor dos outros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- STEIN, S. J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1970.
- TAVARES, M. da C. *Da substituição de importações ao capital financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- WAAGE, S. *Uma reavaliação dos negócios a partir de uma perspectiva sistêmica, a mudança para empresas e serviços financeiros pautados na sustentabilidade*. São Paulo: Instituto Ethos, 2004.